

Consenso sobre a dívida externa

por Cezar Faccioli
do Rio

A redução do principal e dos juros da dívida externa, chave de um acordo razoável com os credores, não pode esperar o ajuste fiscal interno, devendo ao contrário ser considerada parte do processo de eliminação do déficit público. Formulada com mais detalhe pelo ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Edmar Bacha, esta preocupação foi comum a todos os participantes de ontem do Fórum Nacional Perspectivas do Brasil no Próximo Governo.

Mesmo defensores da mais rigorosa ortodoxia no combate à inflação, como o economista Paulo Guedes, trocaram a ênfase nas consequências de um rompimento com os credores adotada na época da moratória de Dílson Funaro pelo reconhecimento de que o pagamento dos juros dos empréstimos de longo e médio prazos junto aos bancos comerciais somente deve ser retomado depois de concluído um acordo em bases razoáveis.

As bases citadas por Bacha, Guedes e representantes de organismos multilaterais como o Acordo Geral de Comércio e Tarifas — Gatt (embaixador Rubem Recúpero, presidente do Conselho), o Banco Mundial (Pedro Malan, da diretoria executiva) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Enrique Iglesias, presidente), como razoáveis são as do Plano Brady. Batizado por referência ao Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, este plano prevê descontos no principal de 50%, patamar semelhante ao citado por assessores econômicos de Fernando Collor de Mello, o presidente eleito.

Bacha deseja parâmetros mais ousados: a cotação dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário nos seis meses anteriores à posse, que sujere um desconto de 75% nas operações de recompra e 50% na troca de títulos com garantias externas. Admite, no entanto, que os níveis do acordo mexicano já seriam razoáveis.

O essencial, para Bacha, é que sejam reconhecidos os efeitos fiscais do pagamento dos serviços da dívida externa. "Até hoje, com excessão do período em que Bresser Pereira foi ministro da Fazenda, o enfoque das negociações foi sempre a balança de pagamentos, não o equilíbrio fiscal, chave para o controle da inflação e a consequente retomada do crescimento", argumenta Bacha.

Por este novo enfoque, que Bacha acredita ter sido contemplado entre as preocupações centrais da equipe do presidente eleito, os

gastos do Tesouro com a compra das divisas geradas pela exportação podem ser consideradas pelos efeitos sobre a emissão de títulos e moeda. Os incentivos à exportação, as barreiras não-tarifárias às importações, os limites para o pagamento de juros aos credores e a remessa de lucros, a possibilidade de converter a dívida externa em investimento: tudo deve ser submetido ao critério da situação de caixa da União, e não apenas ao estágio das reservas cambiais ou à capacidade de geração de superávits comerciais.

O embaixador brasileiro e presidente do Conselho do GATT, Rubens Ricúpero, acrescenta duas preocupações na frente externa da agenda do presidente eleito, com quem teve um encontro em agosto: a negociação sobre as regras do comércio mundial e a recuperação da imagem brasileira no exterior, fortemente desgastada depois da onda de preocupação ecológica e com os povos indígenas que varreram os países desenvolvidos. A Rodada Uruguai do GATT tem um encontro em julho, pouco tempo depois do prazo previsto para a posse, em que o rumo das negociações em produtos como suco de laranja, soja e carne é favorável, mas existe o risco de

sobressaltos em outras áreas.

Os países desenvolvidos, em especial os EUA e o Japão, desejam restringir no GATT a possibilidade de duas regras tradicionalmente caras à estratégia de industrialização brasileira: a exigência de índices elevados de nacionalização e o estabelecimento de metas mínimas de venda externa para as indústrias de capital estrangeiro aqui instaladas. Além disso, a inclusão da propriedade intelectual no âmbito do GATT ameaça diretamente as políticas de incentivo tecnológico adotadas no Brasil, baseadas na reserva de mercado e no não-reconhecimento de patentes, para citar os instrumentos mais polêmicos. "A política de negociação comercial depende da definição macroeconómica geral", lembra Ricúpero.

As perspectivas parecem mais favoráveis nos organismos multilaterais. O presidente do BID, Enrique Iglesias, disse que o acerto para um empréstimo de auxílio ao balanço de pagamentos não precisa esperar o ajuste interno da economia, embora este obviamente ajude. Iglesias cita como exemplos mais favoráveis o México, a Costa Rica, a Venezuela e, especialmente, o Chile, que combina "equilíbrio ma-

croeconómico com crescimento a taxas de 8% em seu PIB".

O BID quer esperar, contudo, uma definição mais nítida da política do governo eleito para se pronunciar, embora os empréstimos para programas específicos continuem no governo Sarney. Iglesias disse ainda que a proposta de Bach parece "lógica e nos limites do Plano Brady".

O representante do Brasil no Banco Mundial, Pedro Malan, acredita que os demais integrantes do "board" do banco estão em compasso de espera. Malan lembra antecedentes favoráveis ao País, como a Indonésia, que recebeu empréstimos de desembolso rápido mesmo sem acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um ponto controverso da proposta de Bach, que é a troca da contrapartida dos desembolsos em cruzados novos pela limitação na emissão de títulos e moeda, pode ser substituído pelo aumento da participação do BIRD. "A média é de 50%, mas já chegou no caso brasileiro a 75%", acena. Bacha, por sua vez, lembra que o ajuste concomitante à redução da dívida já foi permitido ao México e às Filipinas.